



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

**As crises relacionais decorrentes da masculinidade
hegemônica: subjetivações e violências**

Isabeli Russo Lopes¹
Sonia Regina Vargas Mansano²

Resumo: A história de socialização do masculino passa pela interiorização do seu domínio sobre o feminino, construindo um modo hegemônico de relação fundamentado no patriarcado e na heterossexualidade. Atenta à situação, a presente pesquisa teórica buscou analisar a masculinidade hegemônica e a violência. Como resultado, percebeu-se que a superioridade historicamente assumida pelo masculino e propagada no social consolidou-se como possível causa das violências contra mulheres e minorias. Assim, os processos de subjetivação correntes na população geram impasses sociais e psicológicos insustentáveis. Conclui-se quão relevante é conhecer a história dessas violências e abrir espaços dialógicos para promover uma sustentabilidade afetiva nas relações.

Palavras-chave: masculinidade hegemônica; sustentabilidade afetiva; violência contra minorias sexuais; subjetivação.

Abstract: The history of socialization of masculinity goes through the assimilation of its domination over femininity, building a hegemonic way of interacting based on patriarchy and heterosexuality. Aware of the situation, this theoretical research aimed to analyze hegemonic masculinity and violence. As a result, the superiority historically assumed by masculinity and perpetuated in society was perceived as a possible cause of violence against women and minorities. Therefore, the current subjectivation processes in the population generate unsustainable social and psychological imbalances. We can conclude the relevance of knowing the history of violence and opening dialogic spaces to promote affective sustainability in relationships.

Keywords: hegemonic masculinity; affective sustainability; violence against sexual minorities; subjectivation.

¹ Graduanda do 4º ano em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina, Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq, isabelirusso.psi@outlook.com

² Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional, Universidade Estadual de Londrina, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP, mansano@uel.br



1 INTRODUÇÃO

A violência entre gêneros é uma prática que se atualizou de modo frequente na história de nosso país. Como coloca Connell (2005), somente é possível ter um entendimento real da estrutura social, inclusive acerca das questões de desigualdade e divisão de classe, entendendo também as relações entre gêneros. Mas, o inverso também é relevante: para entender gênero, cabe considerar a estrutura social em suas múltiplas dimensões. Ao analisar a temática de gênero em estudos acadêmicos, é notável que a questão das mulheres e do feminino é largamente mais abordada que a do masculino, uma vez que, por muito tempo, o estereótipo de homem branco foi e continua sendo tratado como universal e dominante (OLIVEIRA, 1998). Apesar do pouco que é dito sobre homens e masculinidades, como aponta bell hooks (2004), práticas de opressões sociais que envolvem gênero, como as violências, não poderão mudar sem que haja um melhor entendimento do protagonismo dos homens no combate à violência, bem como na participação em movimentos de resistência e superação (SOUZA, 2005).

Frente a esse cenário, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a disseminação da masculinidade hegemônica e sua relação com a violência. Para tanto, cabe resgatar o conceito de masculinidade hegemônica para analisar criticamente as relações entre gêneros, abordando-as pela ótica das relações de poder. Do contrário, “o óbvio em muitas situações deixa de ser percebido, pois mira-se no sistema, na estrutura capitalista intangível, no mercado devorador da humanidade e, portanto, nada há para ser feito” (OLIVEIRA, 1998, p.104). Daí a relevância de realizar uma análise atrelada ao contexto social e subjetivo, a fim de identificar e favorecer possíveis mudanças nessas relações.

Para tanto a pesquisa, de cunho teórico, buscou debruçar-se no “universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2002, p. 21-22) que a envolvem. Nessa trajetória, foram utilizados recursos bibliográficos de autores e autoras dedicados ao tema percorrendo o seguinte percurso: primeiramente, a masculinidade e sua vinculação com a violência são apresentadas em uma perspectiva histórica; em seguida, já nos resultados, discutem-se as faces dessa masculinidade e seus efeitos sobre as relações sociais e afetivas.

Ao final desta trajetória, acumularemos condições para argumentar que as relações de gênero, marcadas pela masculinidade hegemônica, culminaram em uma insustentabilidade afetiva que coloca em risco a vida de mulheres e de minorias em esfera planetária. Desse quadro grave advém a necessidade de criar espaços dialógicos tanto para



conhecer a história de violência quanto para promover uma sustentabilidade afetiva nas relações.

2 DESENVOLVIMENTO

As masculinidades, que para Connell (2005) são diversas e não unificadas, envolvem conjuntos de práticas construídas e reconstruídas histórica e politicamente com base nas relações sociais de gênero. Assim, as masculinidades incluem tanto as práticas realizadas ao desempenhar certo papel de gênero quanto os impactos dessas ações. Dessa forma, a “masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250). Por ser construída no âmbito social, pode-se entender que a masculinidade, tal como aqui estudada, está situada somente em cenários culturais que atribuem diferenças de poder e personalidade de acordo com os gêneros (CONNELL, 2005).

Tendo em vista essa definição, a masculinidade hegemônica é aquela que, em um dado momento, está em uma posição de supremacia frente às demais masculinidades por ser o modo mais instrumental de manter o patriarcado e a dominação masculina. Por se tratar de uma solução temporária, dentro de condições políticas e sociais vigentes, a hegemonia de tal masculinidade pode sempre ser desafiada e contestada, abrindo espaços para que outras configurações relacionais e afetivas passem a ocupar e dividir espaços no campo social (CONNELL, 2005).

Cabe ressaltar que a ideia de hegemonia presente nesse conceito não é sinônimo de poder completo e imperturbável, pois pode haver, além de disputas e questionamentos em sua vigência, contradições e perturbações. O risco social está precisamente quando as práticas hegemônicas tornam-se rotinas que perpassam as ações de quem está em posições de poder instituídas e tem momentaneamente acesso a dispositivos concretos para atuar nas coletividade. Nesse caso, a hegemonia acaba sendo legitimada pelas instituições sociais, mesmo que, para tanto, seja pontualmente mantida pelo uso de violências (CONNELL, 2005; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Para Ferrer e Bosch (2016), a coexistência desse modelo de masculinidade com as crenças patriarcais é a chave para explicar a ocorrência das violências, uma vez que a masculinidade introjetada fortalece a crença de que o controle sobre o outro (no caso sobre as mulheres e as minorias) é um direito legítimo. Quando essa expectativa é frustrada, o homem considera também legítimo usar práticas de violência (sejam físicas ou psicológicas) a fim de recuperar seu suposto direito de controle que, sob seu ponto de vista, foi violado. Encontramos em bell hooks relatos pessoais sobre o medo da violência masculina:



Depois como uma mulher crescida esperando pelo homem na minha vida chegar em casa, o homem que geralmente era carinhoso às vezes explodia em ataques de raiva violentos, eu costumava pensar “Talvez ele tenha um acidente e morra, talvez ele não volte para casa e eu fique livre e possa viver” (2004, p.15, tradução nossa).

Após o relato de bell hooks (2004) sobre sua infância, ela relata como esse desejo de que o homem morra para que se possa viver é sentido como a única alternativa de contornar o medo, pois muitas vezes mulheres e crianças acreditam que os homens não estariam dispostos a mudar. Contudo, apesar de muito frequente, Minayo (1994) relembra que a violência não é natural e inata, mas sim engendrada socialmente e, por isso, cabe ser analisada por diversas áreas, desde a Economia até a Psicologia. Entre os tipos de violência social colocados pela autora (MINAYO, 1994), é possível localizar as violências derivadas da masculinidade como estruturais, aquelas que estão presentes em instituições, organizações e no próprio sistema cultural, produzindo

opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. Conforme assinala Boulding (1981), essas estruturas influenciam profundamente as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, segundo o papel que lhes corresponda, de forma “naturalizada” (MINAYO, 1994, p. 8).

O caráter endêmico da violência no Brasil faz com que ela seja uma pauta constante no campo da saúde pública (MINAYO, 1994). Sua incidência pode ser encontrada nos dados epidemiológicos sobre a violência subnotificada contra a mulher: das 5 mulheres que são agredidas a cada 2 minutos no Brasil, 97,3% dos agressores são homens, em sua grande maioria parceiros da vítima que se utilizam de violências físicas e psicológicas (SILVA *et al.*, 2013). Já se sabe que esse tipo de violência costuma aumentar a propensão ao tabagismo e à hipertensão, além de gerar outros efeitos psicológicos, biológicos, sociais e de saúde (SILVA *et al.*, 2013). Em se tratando da violência contra a população LGBTQ+ no Brasil, constata-se que ela também é subnotificada, porém em crescente aumento: 66,2% dos agressores são homens, uma parte parceiros íntimos das vítimas (27,2%) e outra desconhecidos (16,5%). Em geral, os agressores se utilizam de violência física (75%) e atacam principalmente nas residências ou em vias públicas (PINTO *et al.*, 2020).

Esses dados são evidência de que a afetação sentida e vivida pelos sujeitos agressores no encontro com mulheres e LGBTQs não encontra sustentação. Em seu lugar, o que vemos é uma negação da vida em sua pluralidade valorativa, minando parte da potência de viver (MANSANO, 2020) que está ligada ao contato com a diferença presente nos modos de viver e se relacionar. Pode-se dizer, então, que a masculinidade hegemônica descrita não permite a vivência de afetos múltiplos como o amor, a tristeza, o medo, a dúvida e, por vezes, até mesmo a alegria, reduzindo-se ao controle, à sujeição e ao poder (FERRER; BOSCH, 2016). Assim, tecer uma sustentabilidade que abarque a diversidade de



expressões afetivas é relevante para que os encontros sejam mais potentes, gerando uma ondulação que afeta cada um, sem reduzir a existência aos ditames morais e ao isolamento tão presentes na contemporaneidade capitalista. Para sustentar a pluralidade das afetações, cabe entrar em contato com corpos diversos em gênero, cor, sexualidade, práticas sociais e outros aspectos da vida, acessando suas diferenças. Daí a importância de considerar que o problema da masculinidade hegemônica violenta não é algo que concerne somente aos homens, e sim à coletividade.

3 RESULTADOS

A pesquisa teórica acerca da relação entre masculinidade hegemônica e violência traz como principal resultado o modo como a hegemonia historicamente construída do masculino tornou-se dominante e culmina na exigência cultural de que os homens em geral ajam conforme os pressupostos de superioridade e mando. Contudo, essas práticas não são absorvidas passivamente e de forma linear. Elas podem ser tanto apropriadas de forma ativa e prazerosa quanto podem ser negadas em um processo que é multifacetado, mutável e construído por encontros e diálogos entre sujeitos, instituições e cultura. Nesse mesmo processo, diversas masculinidades podem ser configuradas em um mesmo contexto social, pelo modo como cada sujeito a vivencia e pela interface com questões como classe, cor, situação econômica e deficiências. A existência dessas diferentes masculinidades permite que os homens alternem suas práticas relacionais, aderindo ao que for mais estratégico para cada cenário (CONNELL, 1995, 2005; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Portanto,

Os corpos estão envolvidos mais ativamente, mais intimamente e mais intrinsecamente em processos sociais do que a teoria usualmente lhes permitiu. Os corpos participam na ação social ao delinearem os cursos da conduta social – o corpo como participante da geração de práticas sociais. É importante que não apenas as masculinidades sejam entendidas como encorporadas, mas também que sejam tratados os entrelaçamentos das encorporações com os contextos sociais. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 269)

Devido à coexistência dessas diversas masculinidades, há relações de dominação, apoio, marginalização e luta entre elas, nem sempre sendo nítidos os seus limites (CONNELL, 1995; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Ferrer e Bosch (2016) colocam entre as práticas características da masculinidade: o exercício da sexualidade heterossexual, as práticas de poder e controle e a oposição ao feminino. Essas práticas envolvem, de acordo Souza (2005), elementos distintos, como condutas arriscadas e a supressão de sentimentos de medo, além de um posicionamento ativo e a valorização de símbolos específicos, como carros, esportes e armas. Esses exemplos se relacionam



diretamente com o fato de que a masculinidade hegemônica na América Latina é permeada por práticas centradas em uma imagem idealizada de poder, supremacia, reprodução e sexualidade.

Sendo um padrão de práticas limitado, ele não agrega a maioria dos homens. Contudo, a manutenção desse modelo ocorre no cotidiano pelo reconhecimento da masculinidade hegemônica como sendo algo natural e, dessa forma, a-histórico e imutável. A tendência ao silêncio das mulheres e das minorias sexuais sobre os homens e a masculinidade demonstra como essa hegemonia perpassa a socialização (HOOKS, 2004). Enquanto certos grupos são silenciados, outros auxiliam na manutenção das práticas ancorando-se nos discursos médicos, jurídicos, religiosos, científicos e publicitários, esses últimos muito relevantes nas produções do século XXI através de obras cinematográficas e por conta da decadência de bases religiosas para legitimar a masculinidade hegemônica (CONNELL, 2005; OLIVEIRA, 1998). Ainda na busca de sua preservação, a hegemonia se mantém:

pela incorporação de tais masculinidades (não hegemônicas) em uma ordem de funcionamento do gênero, em vez de uma opressão ativa na forma de descrédito ou violência. Na prática, tanto a incorporação como a opressão podem ocorrer juntas. Isso quer dizer que, por exemplo, [...] comunidades gays têm um espectro de experiências variando da violência homofóbica e difamação cultural, à tolerância e mesmo à celebração cultural e à representação política (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265).

Como aponta Oliveira (1998), apesar de grande parte da população masculina não se filiar ao modelo hegemônico, ele segue sendo tomado como um ideal de existência que permite o acesso aos benefícios gerados pela dominação, chamados de dividendo patriarcal. O dividendo patriarcal é usufruído pela maioria dos homens por conta dos ganhos com a subordinação das mulheres, sendo composto por aspectos como prestígio, honra, poder político e econômico, bens materiais e uso de violência, em geral para a manutenção da dominação (CONNELL, 2005).

Contudo, certos grupos de homens sofrem as consequências da dominação ou mesmo recusam-se a tirar proveito do dividendo patriarcal. Como exemplo disso, homens GBT+, ou que possuem uma expressão de gênero considerada feminina, também sofrem com as ações de violências (CONNELL, 1995). Nesse cenário de interação entre as diversas masculinidades, a violência (em suas diversas formas, desde guerras até latrocínio) torna-se uma ferramenta para supostamente obter respeito e reafirmar a dominação da própria masculinidade pela subordinação das demais. Desde a infância e em diversas sociedades, a violência assume esse papel no reconhecimento da masculinidade, tornando a afirmação do sujeito como homem algo violento (CONNELL, 2005; SOUZA, 2005). Assim, a dominação de uma masculinidade sobre as demais pode estar entre as causas das violências e das práticas autoritárias compartilhadas entre os homens (OLIVEIRA, 1998).



Nesse contexto, variações da masculinidade, principalmente as mais distantes da hegemônica, são muitas vezes submetidas ao que é tido como ideal: as masculinidades homossexuais sendo subordinadas às heterossexuais.

Apesar disso, aderir a uma masculinidade não-hegemônica ou fazer parte de grupos que sofrem sua opressão não impede a reprodução de ideias hegemônicas, como quando uma esposa adere ao marido de modo obediente e advoga para que outras mulheres também o façam. As consequências da introjeção dos valores hegemônicos, mesmo nas variações subordinadas da masculinidade, são diversas: a consideração do feminino como um corpo restrito à esfera sexual e alvo de controle, a tentativa de simular um padrão heterossexual em relações não-hétero, o autodesprezo por estar distante do modelo e a adesão a valores da masculinidade hegemônica, como a valorização da violência e da agressividade (OLIVEIRA, 1998; FERRER; BOSCH, 2016).

Os supostos benefícios dessa postura, além de serem distribuídos de forma desigual entre os homens, são marcados por muitos custos. A fim de reproduzir e manter posições estratégicas no poder instituído são adotadas vivências menos flexíveis (OLIVEIRA, 1998), evidenciadas por práticas históricas e culturais como o distanciamento dos homens, desde o nascimento, das ações voltadas ao cuidado consigo e com o outro, uso de roupas e acessórios considerados femininos e a vinculação com atividades artísticas tais como música e dança. Essa rigidez, conseqüentemente, gera custos altos como a precarização e descuido com a saúde, a limitação da expressão afetiva e menores expectativas de longevidade (MESSNER, 1993 *apud* OLIVEIRA, 1998). Segundo Oliveira (1998, p. 110):

um comportamento mais inflexível, com um espectro de possibilidades mais restritivas e antes de tudo prescritivo é sem dúvida o mais adequado para a manutenção do poder masculino [...]. Ampliar o leque de opções poderia fazer com que se perdesse de vista a etiqueta do poder, o signo da distinção, que indica o poder da supremacia.

Dessa forma, parte das práticas características da masculinidade hegemônica atreladas ao simbolismo atribuído ao poder vigente, envolve a exposição a situações de risco (como dirigir embriagado e fazer sexo sem proteção), negligência aos cuidados com a saúde (como não realizar exames, prevenção ou tratamentos) e rejeição de vulnerabilidades e incapacidades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; SOUZA, 2005). A existência dessa masculinidade hegemônica, então, faz com que não exista espaço para diferentes práticas afetivas masculinas, uma vez que, como já dito, são cerceadas por um modelo restritivo baseado no patriarcado e na heterossexualidade (OLIVEIRA, 1998).

4 CONCLUSÕES



Ao final desta trajetória argumentativa, pode-se dizer que a produção de subjetividades em meio a diversidade de posições relacionais de gênero pode ficar presa somente ao campo das relações de maior visibilidade (compostas por identidades cristalizadas, reconhecidas, definidas e valorizadas) e não transitar facilmente pela dimensão menos visível da existência (como as produções afetivas que implicam modos de sentir e viver), o que pode ser um gerador de mal-estares. Esses se desdobram nas sensações de fracasso e perigo que são características de quem não se sente pertencendo a nenhum território predefinido na dicotomia de gênero. Diante dessa dificuldade de trânsito, atos de violência ganham a cena, inclusive o ato de matar para retomar a suposta segurança de uma identidade hegemônica (ROLNIK, 1996).

Daí a dificuldade de experimentar e sustentar a diversidade de afetos que emergem na interação com outros corpos e que não se coadunem à masculinidade hegemônica. Exemplos disso podem ser encontrados quando um homem identifica em si ou no outro a vontade de demonstrar afeto por outro homem (seja amigo, familiar ou parceiro amoroso) ou dedicar-se a práticas artísticas, uma vez que está posto o perigo de se deparar com avaliações moralizantes, dicotômicas e conseqüentemente, violentas. Essa dificuldade de sustentar os afetos pode gerar a destruição dos encontros e dos corpos, evidenciando um modo de subjetivação enrijecido que não permite a incorporação de variações.

Cabe mencionar ainda que os valores capitalistas de posse e acesso também tendem a tornar a experimentação dos afetos algo triste e embrutecido. O ideal de posse e acesso disseminados pelo regime capitalista estende-se aos corpos de outros sujeitos consolidando o falso direito de controle e domínio sobre o outro (FERRER; BOSCH, 2016), gerando preconceitos, pressões sociais bem como agressões psicológicas, físicas e morais.

Consideramos que a frequente agressão entre humanos e destes para com a natureza remete a um distanciamento afetivo e gera impactos em uma grande parcela da população (MINAYO, 1994; MANSANO, 2020). Atentas a esse risco, as políticas nacionais de saúde voltadas para população LGBT (BRASIL, 2013) e para a mulher (BRASIL, 2004), consideram que as práticas de violência requerem estratégias diversificadas de prevenção e combate.

Por fim, quando nos propusemos a identificar os impasses advindos de uma masculinidade hegemônica, eles deixaram cada vez mais claro que as áreas da saúde e da assistência social encontram-se diante de um desafio: criar dispositivos dialógicos para promover a prevenção da violência, integrando-se em projetos voltados para intervenção, formação continuada e ampliação de pesquisas científicas sobre o tema. Seus profissionais têm pela frente a difícil tarefa de atuar no sentido de conhecer os meandros históricos da agressão e enfrentar as ações de violências (MINAYO, 1994; BRASIL, 2005), sendo



importante instaurar uma intervenção articulada entre políticas, ciência e instituições em prol de uma sustentabilidade afetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) de 2005**. Brasília, 2005. 178 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO PARTICIPATIVA. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

CONNELL, Robert W.. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-208, jun./dez. 1995. Semestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 26 out. 2021.

CONNELL, Robert W.. **Masculinities**. 2. ed. Los Angeles: University Of California Press, 2005. 324 p.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013. Trimestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 26 out. 2021.

FERRER, Victoria Aurora; BOSCH, Esperanza. Las masculinidades y los programas de intervención para maltratadores en casos de violencia de género en España. **Masculinidades y cambio social**, v. 5, n. 1, p. 28-51, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295541611_Las_masculinidades_y_los_programas_de_intervencion_para_maltratadores_en_casos_de_violencia_de_genero_en_Espana. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

HOOKS, Bell. **The will to change**: Men, masculinity, and love. Beyond Words/Atria Books, 2004.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Articulações entre sustentabilidade afetiva e noções comuns: primeiros traçados. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 19, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v19n1/v19n1a01.pdf>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.



MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, p. S7-S18, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/1994.v10suppl1/S7-S18/pt>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 11 de mai. de 2020.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, p. 91-112, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

PINTO, Isabella Vitral *et al.* Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200006. SUPL. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23suppl1/e200006.SUPL.1/#>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

ROLNIK, Suely. Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. **Estudos feministas**, v. 4, n. 1, p. 118-123, 1996. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/tristesgeneros.pdf>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

SILVA, Camila Daiane *et al.* Epidemiologia da Violência Contra a Mulher: características do agressor e do ato violento. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-32962>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 59-70, mar. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000100012>. Acesso em: 26 out. 2021.